

## **Novo ataque do Governo à Administração Pública**

### **Reestruturar (?) Privatizando**

O Governo acaba de fazer publicar o decreto-lei n.º 194/2005, de 7 de Novembro, que a propósito do **Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado** procede à regulamentação das condições de funcionamento e financiamento da Comissão Técnica e dos grupos de trabalho previstos na Resolução que estabelece as linhas orientadoras do referido Programa.

Uma lei em que o Governo não perde mais uma oportunidade para privatizar mais um pouco o que resta da Administração Pública.

Com efeito, **este diploma serve tão somente para viabilizar o estabelecimento de protocolos com os estabelecimentos de ensino superior e contratar privados para desmantelarem os serviços públicos.**

O actual momento político está inegavelmente marcado pela ganância de alguns sectores privados e pela total irresponsabilidade do Governo, que está a destruir o que resta da Administração.

**A novidade reside na possibilidade de se contratarem privados por consulta prévia.**

Toda a gente que conhece estas coisas sabe como é que se faz a consulta prévia.

**Primeiro escolhe-se a entidade a contratar e depois pede-se a outras duas que apresentem preços mais altos para escolher a primeira.**

Claro que as outras duas entidades serão escolhidas noutra ocasião porque afinal não é justo prejudicar os amigos.

E o que é que os privados vão fazer?

**É evidente que vão muito cientificamente demonstrar que a Administração deve funcionar como eles funcionam, para o que vão poder contar com o precioso contributo dos senhores professores universitários** (aliás o governo já está cheio deles).

Se estas entidades são tão competentes, pensa o Governo, então é melhor fazerem elas o trabalho pois que desse modo não vai ser preciso formar os funcionários públicos.

O esquema é simples: os privados fazem e o Estado paga.

Os funcionários passam a estar a mais e, por isso, têm de ser despedidos.

No entanto, não sai mais barato porque as empresas escolhidas também têm funcionários e têm de lhes pagar, sendo certo que a todas as despesas haverá que acrescentar a margem de lucro dos empresários.

Eis o modo escolhido pelo Governo para relançar a Economia!

Mas o pior de tudo é o facto de se perder a independência e isenção da Administração Pública e lançar pessoas com cultura administrativa e preparação técnica e que estavam ao serviço do interesse geral no desemprego para ir contratar pessoas ao serviço de interesses particulares.

Os portugueses estão fartos destas práticas neoliberais abusivas ainda por cima aplicadas às escondidas e sem qualquer publicidade.

Quem são as entidades a consultar e qual o preço dos serviços a prestar?

Será que os portugueses poderão saber?

Lisboa, 2005-11-16

A DIRECÇÃO